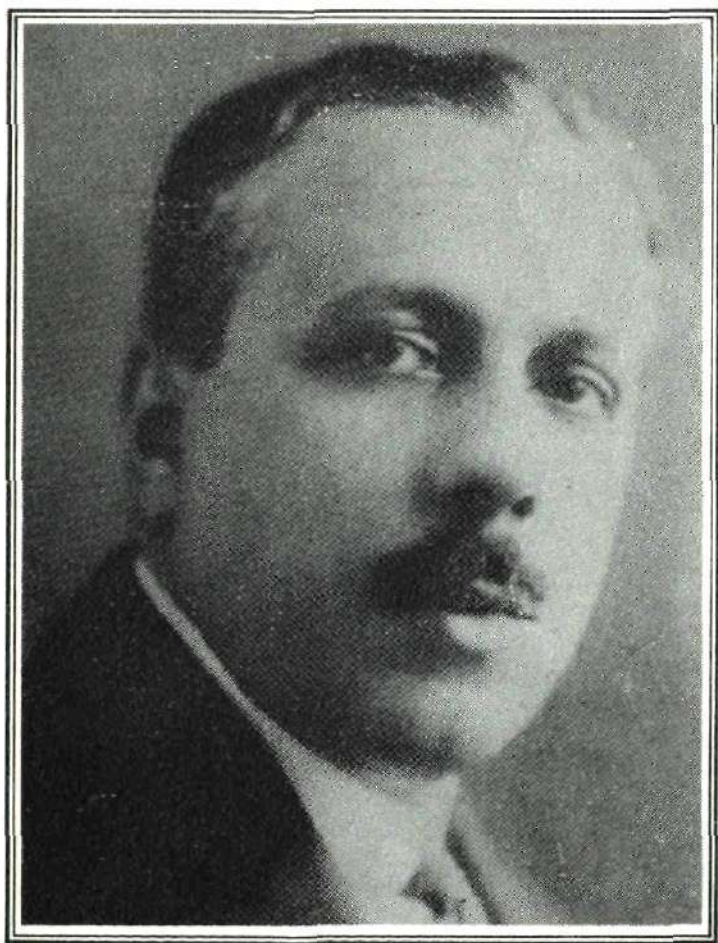


DF
923.281
M149V
OM

LUIZ VIANA FILHO



OCTÁVIO MANGABEIRA
UM HOMEM NA TEMPESTADE

BRASÍLIA – 1986

LUIZ VIANA FILHO

OCTÁVIO MANGABEIRA
Um homem na tempestade

BRASÍLIA — 1986

**Octávio Mangabeira — um homem
na tempestade^(*)**

() Discurso no Senado Federal, em 27 de novembro de 1986.*

Ao falar na Academia de Letras da Bahia, por ocasião do cinquentenário da morte do seu irmão Francisco, fez Octávio Mangabeira esta evocação: "Quando minha mãe faleceu, a 24 de outubro de 1888 e aos trinta e cinco anos, dela ficaram oito filhos, quatro homens e quatro mulheres, das quais, a mais velha, uma das minhas irmãs, contava dezessete, e eu, o mais moço, tinha apenas dois anos de idade." Vale dizer que mal despontava para a vida e a orfandade o privava do carinho materno. Jamais a esqueceria. Mais tarde, preso no Hospital da Polícia Militar, em 1938, Mangabeira voltaria a lembrá-la: "Perdi minha mãe aos dois anos. Dela não guardo, portanto, a mínima lembrança. Mas, pelas impressões que recolhi, dos que m'as podiam dar, foi realmente um modelo de circunspecção e de bom senso. A cada filho que nascia — chegou a ter quinze, dos quais oito se criaram — perguntava, apreensiva, onde iria parar tanta gente, em um lar de tão poucos recursos? Meu pai a tranquilizava: Se Deus dá dinheiro ao rico, a fortuna do pobre está nos filhos." De viva inteligência, a que se aliava "um tal ou qual espírito boêmio", o velho Mangabeira parecia adivinhar. A modéstia do lar, plantado no coração da antiga Capital do Brasil, no Distrito da Sé, não impediu que dele alçassem vôo três luminares da inteligência brasileira: Francisco, o poeta; João, o jurista; Octávio, o estadista. Deles a Bahia se orgulha.

Do último, comemora-se, este ano, o centenário agora celebrado. Desde cedo, certo dos sacrifícios do pai, homem de exíguos recursos para educar prole tão numerosa, Octávio Mangabeira se empenhou na conquista de notas distintas, que lhe marcaram os primeiros passos. E, aos treze anos, ingressava ele na Escola Politécnica, da qual, aos vinte e cinco anos, tornar-se-ia professor. Foi de intensa atividade o período em que, de 1908 a 1911, exerceu o magistério superior, pois, além da cadeira de Química, da qual

era catedrático, lecionou simultaneamente Astronomia e Navegação.

Atraído pela vida pública, Mangabeira logo sentou praça no *Diário de Notícias* e, posteriormente, na *Gazeta do Povo*, ambos dirigidos por Virgílio de Lemos, então das mais ilustres figuras do jornalismo e do magistério, na Bahia. A imprensa foi a porta para o Conselho Municipal — em 1.º de janeiro de 1908, Octávio Mangabeira assumia o cargo de Vereador na sua terra natal. Era o passo inicial de gloriosa carreira política.

Em verdade, ele jamais desejaria exercer outra atividade, senão a política. Política, política, política. Nada mais que isso. E orgulhar-se-ia de ser o que se chamou, com ênfase, um "político profissional". Ele próprio o diria mais tarde, ao deixar o Governo da Bahia:

"Fui atraído para a vida pública, desde os tempos de estudante, e dela nunca mais me separei, ao longo destes quarenta e tantos anos em que tenho estado na liça.

Posso dizer sem vanglória, senão com perfeita humildade, que fiz da carreira pública, verdadeiramente, um sacerdócio, tomando a sério os encargos, ou deixando-me absorver completamente pelos deveres dela decorrentes, renunciando praticamente ao exercício de quaisquer outras atividades, e sentindo-me feliz em arrostar, sempre que foi necessário, para cumprir fielmente os referidos deveres, as provas de sacrifício."

Ao celebrar-se, na Câmara dos Deputados, o centenário de José Joaquim Seabra Mangabeira, dada a inesperada ausência do orador, o Deputado Tarcílio Vieira de Melo, teve de tomar-lhe o lugar para falar de improviso, o que nele não era comum. Embora não costumasse ler os discursos, Mangabeira os concebia e preparava com vagar, e, por vezes, graças à privilegiada memória, os decorava do começo ao fim, sem faltar uma vírgula. Era o lavor do homem de letras, que, nele, convivia com o homem público. Não seria um literato, acentuou ao se empossar na Academia Brasileira de Letras, ocasião em que fez esta confissão: "A fidelidade ao amor das letras, tenho-a manifestado por dois modos: primeiro,

pelo carinho com que timbro em zelar tudo o que escrevo, ou tudo o que profiro; segundo, pela profunda simpatia que, instintivamente, me liga às iniciativas ou aos homens, que exprimam, a cada momento, a vida literária". Absorvente, ciumenta, a política jamais o deixaria voltar-se para as letras. Estas seriam apenas o instrumento cultivado e usado para os embates da vida pública. Teve, pois, razão quando, ao fazer o elogio de Seabra, não esqueceu breve confronto entre ele próprio e o homenageado: "Ele (Seabra) deixou ainda moço a Faculdade de Direito do Recife, onde foi dos mestres mais brilhantes que por ali passaram, atraído pela política. E a política o envolveu, como certas mulheres fatídicas, para nunca mais o abandonar. Deixei também a Escola Politécnica aos 25 anos — e estou a caminho dos setenta — e tive o mesmo destino, a política, a política, a política. A vida inteira, política. Já agora, como ele, com ela tenho de ir até a morte".

Concluído o mandato gratuito de Conselheiro Municipal, Mangabeira foi eleito Deputado Federal pelo 1.º Distrito da Bahia, ou seja, a antiga Capital do Brasil. Era a natural ascensão do brilhante e operoso Vereador. Ao longo de quatro anos, Mangabeira, no pleno vigor dos vinte anos, não descansara. No fundo, tinha a alma do reformador, do homem desejoso de mudar e melhorar. E isso explica haver, numa função relativamente modesta, e de pequenas oportunidades para as galas da notoriedade, se distinguido e afirmado pela dedicação com que se entregou aos estudos dos prementes problemas da sua velha cidade. Tivesse tempo, e ele a mudaria profundamente, especialmente no campo da educação e da saúde, que logo compreendera essenciais à vida de uma população angustiada pela pobreza.

Com esses títulos, e já cercado de largo apoio popular, graças ao conceito granjeado também como jornalista e professor, Mangabeira chegou à Câmara em 1912, sendo sucessivamente reeleito, ora pelo situacionismo, ora como representante das forças oposicionistas. Na Câmara, não demorou em tomar lugar entre as ilustres figuras do Parlamento. Como sempre, a política seria para ele atividade única, integral. E, fosse nas Comissões de que participou, sendo por muitos anos o relator do Orçamento da Marinha, fosse no plenário, no qual sobressairia a palavra do orador, Mangabeira

ascendeu sempre, até se tornar o líder da Bancada da Bahia e Vice-Presidente da Câmara. Era, sem dúvida, virtual candidato a Ministro. E havendo o Presidente Washington Luís convocado os líderes de Bancada para o Ministério, Octávio Mangabeira ocupou a pasta das Relações Exteriores.

Chegava com a nomeada de orador, de político dedicado ao seu ofício. Contudo, tão pouco versado se mostrara, até então, sobre problemas da vida internacional, que alguns se surpreenderam com a escolha do Presidente. Nunca falta, porém, lugar para o talento aliado ao trabalho. Em pouco tempo, Mangabeira, cercado de jovens e brilhantes diplomatas, dominaria o terreno, conhecendo-lhe as deficiências, as dificuldades, e os melhores rumos para as relações internacionais do Brasil. Sem favor, seria, na Velha República, o mais ilustre continuador da obra do Barão do Rio Branco. Na realidade, iria concluir o mapa do Brasil, que a competência e o trabalho de Rio Branco havia esboçado, nas suas linhas gerais. Fizeram-se os Tratados de Limites com os nossos vizinhos sul-americanos. Restava, porém, a demarcação das fronteiras, problema não menos difícil do que as colocar nos textos dos Tratados.

Durante quatro anos, Mangabeira não parou. Passar para o chão, para o terreno, aquilo que se acertara nos gabinetes seria a sua grande missão. E a ela Mangabeira se devotou de corpo e alma, como do seu feitio. Numa frase, ele definiu a benemerência do trabalho a que se propunha: "Elucidar limites, escreveu, é contribuir de alguma forma para desanuviar o futuro". E ninguém mais do que ele contribuiria para definir objetivamente nossas fronteiras. No Relatório referente a 1928, Mangabeira diria sem imodéstia: "Já é tempo de ter o Brasil, definitivamente, o seu mapa. Tempo já é, sem dúvida, de fazermos passar para outro plano as preocupações de fronteiras, atendidas na sua integridade, e abordarmos os problemas que devam dominar de preferência, na base, aliás, do progresso em que temos de fato evoluído, sob todos os pontos de vista, a nossa vida internacional". As fronteiras estariam, porém, no primeiro plano.

Não é exagero afirmar que, em prazo relativamente exíguo, Mangabeira, graças a ativa e eficiente ação diplomática, assinou

com os vizinhos sul-americanos as convenções que permitiram fixar definitivamente nossas fronteiras. Convenções e protocolos foram firmados com o Paraguai, a Argentina, a Venezuela, a Colômbia, a Bolívia, o Peru, o Uruguai e a Inglaterra. Também, com a França e a Holanda, foram adiantadas as negociações pertinentes às fronteiras das respectivas Guianas. Em alguns casos tratava-se de antigos conflitos de fronteiras, como ocorria com a Bolívia, em decorrência de errônea interpretação do Tratado de Petrópolis, de 1903. A bem dizer, Mangabeira considerou a definição das nossas fronteiras a grande tarefa da sua gestão. O trabalho não seria fácil, tanto os pormenores, os interesses, por vezes as diferenças dentro dos próprios países com que negociávamos. O Chanceler estava, porém, à altura da missão. E, ao deixar o Ministério, tinha ele concluído o traçado de nossos limites. Em alguns casos incorporáramos territórios até então litigiosos. O importante, porém, é que, eliminados os dissídios, assegurava-se a tranquilidade do futuro.

Mangabeira não se contentou em concluir a obra de Rio Branco no terreno das fronteiras. Senhor da sua Pasta, cedo compreendera não estar o Itamarati estruturado de maneira a atender as dimensões do País. E, havendo chegado quase como um intruso naqueles meandros desconhecidos, ele logo se firmara como se fosse veterano conhecedor dos problemas da diplomacia brasileira. Nenhum testemunho melhor do que o de João Neves da Fontoura, também ele, mais tarde, Chanceler e de quem são estas lembranças: "Meu primeiro contato com Octávio Mangabeira aconteceu ao tempo em que ele exercia o Ministério das Relações Exteriores. Fui falar-lhe, no Itamarati, sobre assuntos do interesse do Rio Grande do Sul que, por fronteiro com duas repúblicas estrangeiras, tem, vez por outra, dificuldades a resolver no quadro da vizinhança continental. Saí da primeira conversa com a sensação de que o Ministro conhecia perfeitamente os problemas da sua Pasta. Discorria sobre eles com conhecimento de causa, parecendo-me um veterano em questões diplomáticas, sem embargo de estar fazendo então o seu noviciado na Casa de Rio Branco, naquele imenso e intrincado âmbito, cheio de tradições, de regras, precedentes, de controvérsias e, até, de preconceitos". O retrato revela

a medida do homem, do estadista, capaz de, rapidamente, se asse-
nhorear dos mais altos interesses do País.

Adquirida a visão da estrutura do Ministério, Mangabeira percebeu ser indispensável reformulá-la. Nisso, aliás, seria a um só tempo Marta e Maria, tais as deficiências de organização e de ordem material que dominavam o velho Itamarati. À primeira vista faltavam-lhe o Arquivo e a Biblioteca, certamente fundamentais para os servidores e estudiosos. Já longe o tempo em que ali vivera o Barão de Rio Branco, na verdade, um arquivo vivo e que, por sua vez, sucedera ao Visconde de Cabo Frio, durante decênios familiarizado com os documentos do Ministério, conhecendo-os de cor. Ao tempo da Terceira Conferência Interamericana, em 1906, Rio Branco fizera construir, ao fundo do Itamarati, uma espécie de galpão, onde, sem adequada classificação, guardavam-se os papéis do Ministério. Tudo extraordinariamente precário para a eficiência necessária ao País.

Creio não ser demasia, para acentuar a dimensão do grande Chanceler, invocar o testemunho de outro ilustre Chanceler, o Sr. Afonso Arinos de Melo Franco: "Jovem ainda" — disse Afonso Arinos — "na quadra dos 40 anos, foi convocado (Mangabeira), pelo Presidente Washington Luís para compor o seu governo nas funções de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Embora nunca se tivesse especialmente preocupado com os assuntos da política internacional, logo se revelou a fibra do estadista, a qualidade do político, o ardor do patriota, na passagem pelo Itamarati. Controvérsias internacionais, de indiscutíveis significações, foram, por ele, resolvidas ou aplacadas, inclusive pendências tradicionais de limites com países continentais. A reforma dos serviços burocráticos do Itamarati, a própria reforma do sistema administrativo da Casa, que se fez sentir, por exemplo, nas admiráveis instalações do Palácio dedicadas à Biblioteca e ao Arquivo, sabido como é que o Itamarati é uma Casa que não pode viver sem Arquivo e sem Biblioteca". E conclui Afonso Arinos, para sublinhar-lhe a personalidade: "Mas, acima de tudo, a autoridade política, a autoridade moral e a dedicação incansável, o companheirismo sem perda da hierarquia marcaram, com características duradouras,

a passagem de Mangabeira pelo Ministério das Relações Exteriores”.

Mangabeira devotou-se integralmente à missão de dar ao Ministério estrutura compatível com a grandeza do Brasil. Em quatro anos, a Casa era outra, quer materialmente, com a edificação da Biblioteca e do Arquivo, quer funcionalmente, com as modificações do Ministério, e das quais foi das mais importantes a criação do Departamento de Fronteiras, ainda hoje relevante para o País. Sobre a atuação do grande Chanceler, Maurício de Nabuco, dos mais ilustres diplomatas brasileiros neste século, diria numa síntese: “Foi Octávio Mangabeira o grande restaurador e reformador do Itamarati”. Tendo chegado à Casa de Rio Branco quase sem a conhecer, Mangabeira deixava-a renovada e revigorada. E, tão importante quanto esse aspecto, é tudo haver aprimorado, conquistando apreço e estima dos colaboradores, a admiração pelo talento do homem público. Atestava-no estas palavras do futuro Chanceler Leão Veloso, em 1939, e, portanto, quando Mangabeira era apenas um homem no exílio: “Nunca os elementos de nossa carreira tiveram, como no seu tempo, uma sensação igual de segurança nos seus postos. Mas Vossa Excelência talvez não se tenha dado conta, até hoje, da forte impressão causada pela sua compostura de que já falei, pela sua inteligência, pela sua atividade, pela sua regularidade de trabalho e pela sua exigência em matéria de serviço — uma exigência que se exprimia com doçura, mas que era muito grande. O pessoal sentiu que havia, finalmente, encontrado um chefe. Em resumo, a explicação dos efeitos do seu não-autoritarismo no Itamarati é a seguinte simplesmente: um não autoritarismo que repousou numa forte autoridade pessoal”.

Na realidade, Mangabeira, pela vocação e a dedicação do homem público, alcançara, no Ministério, um patamar, uma altitude, que lhe permitia aspirar todas as posições, inclusive a Presidência da República, não fosse estar o País estrangido na camisa-de-força de uma política na qual o mérito ficava abaixo das injunções estaduais dominadas pelos representantes de São Paulo e de Minas Gerais. Injunções baseadas na falsidade das eleições, e que tomavam quase utópicas todas as reações. É sabido que Mangabeira, sem quebra da lealdade ao Presidente, teria preferido

solução conciliadora diversa da que impôs Washington Luís. Todas as ondas liberais quebraram-se, porém, na muralha da intransigência do Catete, até encontrarem os caminhos de Minas Gerais, com Antônio Carlos, e, do Rio Grande, com Getúlio Vargas. Mangabeira não teve ilusões quanto à tormenta que se formava. Via o perigo, mas não tinha como evitá-lo. Teve, pois, de permanecer a bordo do navio que ele compreendia estar lançado sobre as pedras da revolução graças à teimosia do honrado comandante. Mais tarde, falando na Escola Politécnica da Bahia, ele, numa frase, resumiu a desventura que tão cruel e injustamente lhe interrompeu a luminosa ascensão: “Em 1930” — disse Mangabeira — “colheu-me a tempestade”. Em verdade, era a tempestade pela qual não fora o responsável, que, longe disso, pressentira e desejava contornar, e que, inesperadamente, mudar-lhe-ia inteiramente a existência. O infortúnio político batia-lhe à porta com impiedade e inclemência.

Na hora em que se consumou o naufrágio — 24 de outubro de 1930 —, Mangabeira, pelo equilíbrio durante toda a refrega, tornara-se, dentro das hostes governistas, figura singular. Caber-lhe-ia, graças à autoridade preservada, ser o intermediário entre as forças vitoriosas da Revolução e o Presidente, que se declarara disposto a resistir até o fim. Numa página, digna de Tucídides, Mangabeira narrou as “Últimas Horas da Legalidade”. Descreveu-as já preso no Quartel do 1.º Regimento de Cavalaria. Não fora fácil demover o Presidente da resistência anunciada e inútil. Por fim, preocupado em preservar os amigos que permaneciam no Palácio Guanabara, entre eles Mangabeira, o Presidente conveio em entregar-se sem condições, despreocupado do destino que lhe seria reservado. Somente depois dele Mangabeira se retirou.

Abria-se nova página na História do Brasil. E, nela, desde a primeira hora, coube a Mangabeira ser a brava e incansável voz da Democracia e da Liberdade. Para muitos, considerada superficialmente, dada a veemência e a constância que a assinalou durante anos e anos, ou seja durante os dois exílios que padeceu — o primeiro de novembro de 1930 a agosto de 1934, o segundo de outubro de 1938 a maio de 1945 —, poderá se afigurar uma

palavra marcada pelo ódio ou pelo despeito. Na realidade fora sempre a palavra candente de um idealista.

Inicialmente, vitoriosa a Revolução de 1930, deflagrada em nome de princípios democráticos, para corrigir graves erros da chamada Velha República, Mangabeira, conhecedor desses erros, que desejara extirpados, admitira colaborar na ordem política que se inaugurava. Recusara, é certo, o convite da Junta Militar para permanecer no Ministério que tanto enaltecera. Não renunciava, porém, ao exercício da vida pública, na medida em que lhe fosse possível. Ainda preso no Quartel do 1.º Regimento de Infantaria, ele se dirigiu ao Chefe do Governo Provisório. Dizia-se “animado do mais puro patriotismo, em face da nova época, que ora se inicia — espírito que sou, notoriamente, menos de demolição, que de construção — só nutro um desejo: o de ver o Brasil restituído, o mais depressa possível, em plena tranqüilidade, e através de reformas eficazes, administrativas e políticas, ao primado da ordem legal”. E sem poder imaginar quanto a democracia era idéia distante de Getúlio Vargas, espírito formado no castilhismo, dizia, numa advertência: “Foi abusando, impunemente, da força, contra o direito inerme; foi julgando a liberdade, principalmente dos adversários, coisa de somenos, uma demasia incômoda, em uma exorbitância perigosa, que a máquina dominante no Brasil, com o concurso de gregos e troianos, erigiu, afinal, em autocracia, o nosso regime presidencial. Ninguém pode tudo. Sobretudo, ninguém pode sempre.”

Não demoraria, porém, a ver e sentir o quanto se enganava em relação à nova ordem implantada no País. E, poucos dias depois, em 24 de novembro, ele se dirigia ao Dr. Assis Brasil, Ministro do Governo Provisório: “Acabo de ser intimado para retirar-me do Brasil. Que tristeza! Não se me perguntou quais os recursos de que para tal dispunha. Como se a deportação, ela própria, não tivesse as suas regras. Como se os países estrangeiros fossem postos de degredos. Como se a eles não existisse o direito de não receber tais emigrantes. Quão excessivo desconhecimento de cousas tão comensais! Falou-se-me em um tribunal que vai julgar as autoridades depostas. Que retrocesso! Que abismo! Quanto trabalho perdido para aumentar no estrangeiro o nosso conceito

internacional”. E acrescentava na hora de rumar para o exílio: “Será despeito? Não. Não faço, de tudo isto, o menor caso. Sinto-me, de tudo isto, muito acima. Que me importam a mim tribunais, sejam quais possam ser, se tenho uma vida limpa, uma consciência imaculada, uma folha de serviços, que bem raros, nas mesmas circunstâncias, terão mostrado ao País?”

Às vésperas de palmilhar a dolorosa estrada do exílio, Mangabeira, em carta ao Ministro Assis Brasil, lembrou um pouco da sua atividade no Ministério: “Não sei, dizia, o que mais importante, se o que fiz, se o que não fiz. Porque não fiz muita coisa, que outros, alguns hoje graduados na estima dos dominantes, se fartaram de fazer. Nunca nomeei um parente. Nunca nomeei um terceiro-oficial, que não fosse, de acordo com a lei, por meio de concurso, revestido notoriamente da maior moralidade, observadas, nas nomeações, a classificação dos candidatos. Nunca nomeei um segundo-secretário de legação que não fosse mediante transferência de funcionário, provado na experiência da Secretaria. Nunca pus funcionário em disponibilidade, para dispor de vagas. Nunca movi hostilidade a ninguém, por motivos políticos. Ao contrário. O horror que sinto pela vilania tornava-se exagerado no zelo por quaisquer serventuários, a mim subordinados, e unidos, por quaisquer laços, aos adversários do Governo”. Na verdade ensinava pelo exemplo de tolerância, de compreensão, de respeito a todas as opiniões.

Penosamente, sem recursos para se manter no estrangeiro, Mangabeira padeceu quase quatro anos de exílio, aos quais, após o breve interregno da Constituição de 1934, mais quase sete se somariam. E como se à ditadura não bastassem os sofrimentos do exilado, a estes acresceram maiores dificuldades, tentando, não apenas impedir-lhe o trabalho, mas também o da própria filha, ao tempo, ainda solteira. Era a vilania dos poderosos.

Em busca de honesta sobrevivência, entregara-se Mangabeira a traduções para o *Reader's Digest*, então lançado em língua portuguesa. Não custou, porém, que o Governo brasileiro, sob a ameaça de impedir-lhe a venda no Brasil, fizesse sentir à revista que não admitia a colaboração do exilado. Este devia morrer à míngua. Não tinha limites a mesquinha perseguição. Dele conservo carta, de Nova Iorque, em 1942, e na qual, a propósito da biografia de Rui Barbosa, que eu então escrevera, dizia-me: “Bons tempos,

meu caro, aqueles em que as deportações duravam seis meses, os deportados vinham em seguida, do desterro, a combater o governo, e em seu favor se requeria *habeas corpus*; em que, do exílio de Londres, que se não prolongou por mais de um ano, podia o Rui escrever, para o *Jornal do Commercio*, as cartas de Inglaterra! Hoje, depois de quase quatro anos de uma segunda *estada* no estrangeiro, onde as minhas próprias atividades para ganhar meios de subsistência, por entre as vicissitudes de uma época de guerra, sofrem a hostilidade oficial, um jornal do Rio de Janeiro, que vinha estampando, aos domingos, na sua seção literária, uns pequenos modestos artigos de autoria de uma moça, viu-se compelido a suspender a publicação dos mesmos, por ser esta moça... minha filha". Certamente, qualquer comentário é dispensável, tanto o fato agride os sentimentos mais comuns aos brasileiros. Mas nem por isso seria menor o sofrimento do perseguido.

Nada, entretanto, o abateu ou calou. Durante anos a fio, fosse no primeiro, fosse no segundo exílio, Mangabeira se manteve incansável, permanentemente nas trincheiras da democracia e da liberdade, a clamar — *clama ne cesses* — pela restauração da ordem legal. Acabaria por se tornar um símbolo, admirável exemplo de resistência na luta contra a ditadura que degradava o País. Não houve efeméride, oportunidade, que não aproveitasse para se dirigir aos brasileiros, vergastando a ditadura e neles despertando o sentimento da liberdade. Era a luta clandestina, através dos folhetos que corriam de mão em mão, todos eles portadores de boa nova: continuava viva a chama da liberdade. E foi graças à obstinada pregação em favor da liberdade e da ordem legal que, mal terminada a guerra, se reuniram as forças que lançariam por terra a ditadura.

Homem de fé, Mangabeira, na própria hecatombe da guerra, que tão de perto conhecera e sofrera, vislumbrou um raio de esperança para a melhoria da humanidade. Escreveu-me ele, de Nova Iorque, em agosto de 1941: "Não terá sido sem causa que a providência nos mimoseou com a maior guerra da história; e é possível que da fornalha, assim purificada pelo fogo, saia um mundo mais lógico, mais justo ou, ao menos, mais sério e mais limpo...".

Aliás, bem antes da vitória dos Aliados, tornara-se visível o fim de Vargas. Grave prenúncio foi o chamado "Manifesto Mineiro" concebido, creio eu, durante o Congresso Jurídico do Rio de Janeiro, em agosto de 1943. Reunira juristas de todo o País, desejosos de sepultar o Estado Novo, e a todos se adiantaram os mineiros promovendo o manifesto, que valeu por uma convocação. Entre muitos, assinavam-no Milton Campos, Afonso Arinos, Luiz Camilo de Oliveira Pena, Magalhães Pinto, Dario de Almeida Magalhães, Virgílio Melo Franco. Honra aos bravos, que enfrentaram ameaças, demissões, sofrimentos.

Ao tempo em que ruía o nazi-fascismo tornara-se nítido o declínio de Vargas, cujas tentativas para ganhar tempo e contornar a maré montante da democracia se revelariam inúteis. Na crista dessa onda democrática, Mangabeira, garantido por um *habeas corpus*, retornou ao Brasil. Era o termo de longo exílio, durante o qual ele se fizera sempre maior. Crescera na adversidade. Enfrentara a força com pertinácia e bravura invulgares, conquistando a admiração e o reconhecimento da nacionalidade.

Coincidiu o retorno do lutador com a campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes. O sofrimento exaltara e burilara a palavra de Apóstolo. E, percorrendo o País de uma ponta a outra, Mangabeira emocionou os imensos auditórios populares, que encheram praças para aplaudir a liberdade reconquistada. Embora sem os predicados peculiares aos oradores populares, cada discurso parecia mais belo do que o anterior. Era a continuação da luta para a democratização do País. Falando à Nação, ele completava o que tão sofridamente iniciara através de cartas, panfletos e manifestos que fez chegar ao Brasil durante anos e anos para não deixar morrer a flama da liberdade. E o povo, bem mais sensível do que se imagina, ao sacrifício dos que o servem, acorreu em todas as oportunidades para tributar àquele Apóstolo da Liberdade o testemunho do reconhecimento.

Depois veio a Constituinte de 1946, para a qual a Bahia elegeu Mangabeira, logo distinguido como das mais ilustres figuras do Parlamento. Não era jurista. Juristas também não foram muitos dos autores da Constituição norte-americana de 1787. Mas, tal circunstância não impediu a contribuição valiosa por ele prestada

na elaboração da Carta de 1946, certamente das mais liberais e adiantadas que o Brasil conheceu. Sobre o papel de Mangabeira, dou a palavra a Prado Kelly, seu contemporâneo e certamente dos que mais trabalharam para aprimorar-se o texto constitucional: "Ninguém — escreveu Kelly sobre Mangabeira — se empenhou tanto, com igual afínco, na feitura — a mais rápida possível — da Constituição, a "tenra planta", a ser cuidada com desvelos, índice significativo de melhor estágio de civilização. Urgia aprontá-la, sustentáculo que era da ordem jurídica estabelecida, para viçar e florescer entre povos de enraizada cultura. De suas preocupações e dos seus trabalhos Octávio Mangabeira tomou por ouvin-tes os próprios correligionários, em prestação de contas à bancada e ao Partido, às vésperas da votação final do projeto de Constituição e das respectivas emendas...". O estadista tomava o lugar do exilado da véspera. Não devo me alongar sobre o assunto. Contudo, não posso deixar de assinalar as apreensões que rondaram o espírito de Mangabeira, temeroso, primeiro, de que a Assembléia não chegasse a elaborar a Constituição, o que tinha como fatal ao regime democrático no Brasil; em segundo lugar, que uma demora excessiva desacreditasse as instituições parlamentares; por último, temera uma Constituição eivada de reacionarismo. Em boa hora, e graças a constante vigilância, Mangabeira conseguira conjurar os perigos que temia. Poucos, entretanto, sabiam do trabalho desenvolvido até a hora da promulgação da Constituição. Não que acreditasse no mito dos textos constitucionais, pois bem sabia quantos os países que ostentavam Constituições não respeitadas, nem executadas. Mas nem por isso foi menos importante promulgar-se a Constituição, de que fora ele líder eminente.

O mandato parlamentar interrompeu-se com a ascensão de Mangabeira ao governo da Bahia. Aspirara-o e isso não ocultaria. Desejara-o, porém, dentro de uma ampla união das forças políticas da Bahia. Promotor do acordo que somou as forças da UDN com as do PSD em torno do Presidente Dutra, que confiara àquele Partido duas Secretarias de Estado, era natural que Mangabeira desejasse chegar ao governo num clima de paz. Tanto mais que o considerava fundamental para fazer algo dentro da pobreza da Bahia. Aliás, se alguma coisa o magoava naquele momento de

trunfo era o fato de sentir que, dada a longa ausência da Bahia, alguns dele se aproximavam como se fosse um estranho. Ele próprio o confessou. Estava, porém, determinado a carregar a sua pedra no serviço da sua terra natal. Convém ouvir-lhe a palavra: "A ditadura tinha movido, além do mais, contra mim, a hostilidade do silêncio. Por longo tempo, nada de minha autoria, nem mesmo o meu próprio nome, podia ser impresso nos jornais. Assim, as novas gerações baianas só me conheciam de longe. Acredito que muita gente me considerava mais próprio para a representação no Parlamento, como homem dado a discursos, ou mesmo no exterior, já que vivera no Itamarati e andara no estrangeiro, não faltando até quem supusesse que o fizera em viagens de turismo". A verdade, entretanto, era bem outra. E Mangabeira a anunciou sem rebuscos: "Trazia eu, entretanto, comigo, para o governo, não só o desejo profundo, mas a resolução inabalável de empregar a serviço do Estado tudo que estivesse no limite das minhas energias, até o último extremo da minha dedicação, no sentido de ser-lhe útil".

No devotamento à causa pública, na contínua busca de melhores condições de vida para o povo baiano, Mangabeira foi exemplar. Não evitou fadigas nem sacrifícios. Inicialmente, como que o soterrara o que chamou "o enigma baiano", pois, inesperadamente, se defrontava com a extrema pobreza do povo e as deficiências dos serviços públicos. De qualquer modo, ele pôs mãos à obra imaginada, voltando-se, sobretudo, para os necessitados. Ele próprio costumava intitular-se o governador dos desamparados. Ao que acrescentava: "daqueles que não têm voto".

Era nele invencível esse zelo pelos desafortunados. São dele estas palavras: "Não oculto que, entre os problemas que me inspiram maior simpatia, e entendo que mais fazem jus à ação solícita do poder público, se destacam os da humanidade, os que clamam por que se vá ao encontro dos que padecendo, ou ao desamparo, só dos governos ou da sociedade podem esperar auxílio, e prestá-lo não é favor, senão um dever sagrado da sociedade e dos governos".

Não se deixaria, porém, contaminar pela atmosfera de desânimo, a profunda descrença no poder público. É possível dizer-se que começou pela educação, confiada a Anísio Teixeira, circuns-

tância bastante para a certeza de que não a subordinaria a nenhuma contingência política, fosse qual fosse. Anísio teve carta branca, inclusive para a escolha dos auxiliares. E foi extraordinária a obra realizada, e que culminou com a construção da Escola Parque Carneiro Ribeiro, levantada em meio a um dos bairros mais pobres de Salvador, paradigma para o progresso da Educação no Brasil.

Da Educação, Mangabeira voltou-se para a Saúde, que constituiu para ele indescritível espetáculo de sofrimento humano. Era um círculo que faltava ao inferno de Dante: a doença de mãos dadas com a miséria e o abandono. Foi notório que, indo pela primeira vez ao manicômio, o Hospital Juliano Moreira, Mangabeira dissera a Anísio Teixeira, que o acompanhava: "Se sairmos do governo sem transformar completamente a cena que este hospital apresenta, deveremos ir para a cadeia". De outra feita, visitando um dos centros de saúde da capital, e que podia ser tudo, menos um centro de saúde, Mangabeira tivera ímpetos de fechá-lo imediatamente. Seria nele uma constante esse cuidado com os hospitais do Estado, que visitava com frequência. Conseqüência dessa vigilância foi a restauração do Hospital Couto Maia e a remoção para a Colônia de Águas Claras do antigo Leprosário da Baixa de Quintas. Também humanizado foi o Hospital Militar, que em nada se parecia com um hospital. Apesar da pobreza do Estado, Mangabeira buscava um lenitivo para os infelizes doentes que encontrara entregues a total abandono.

Mangabeira tinha como dos mais graves pecados da política o uso de recursos públicos para fins eleitorais. Para ele era imperdoável, e nessa tecla jamais deixaria de bater, na esperança de contribuir para a regeneração de costumes corrompidos. Ainda em 1955, a propósito do pleito recente, ele levantaria a voz na Câmara dos Deputados: "No que diz respeito propriamente aos pleitos eleitorais, basta que reúna a minha voz à dos Srs. Deputados que, já neste início de Legislatura, se manifestaram sobre o assunto. Há na matéria pontos cruciais. Um todavia é cruel sobre todos. Muito se tem batido sobre ele. Não resisto a bater, por minha vez, até para integridade do meu arrazoado: a excessiva influência, cada vez maior, do dinheiro nas eleições brasileiras, desfigura completamente a fisionomia democrática, e, se não conseguirmos do-

miná-la até onde for possível, acabará destruindo a nossa democracia, pelo pior dos processos, que é o da degradação, o da desonra; em uma palavra: o do apodrecimento”.

Desse horror à corrupção os baianos tinham consciência. Entre aplausos, a assistência de pé, pude afirmar, ao celebrar-lhe o centenário, na Câmara de Vereadores, que se vivo fosse, e vendo correr rios de dinheiros públicos para a triste compra de sufrágios, Mangabeira estaria com o candidato da Oposição, dando-nos as mãos na luta pela moralização dos costumes.

Fruto da preocupação com os humildes foram as audiências públicas semanais instituídas no Palácio Rio Branco, e às quais acorria a população mais pobre de Salvador. Receber, de pé, centenas de pessoas reclamava esforço quase sobre-humano. Era doloroso espetáculo assistir àquele desfile de necessitados que nada tinham e pouco pediam. Mangabeira os recebia com a paciência da caridade. A Afonso Arinos, que de certa feita delas lhe falou, explicou Mangabeira que as dava “não na esperança de poder realizar os sonhos dos que o procuravam, porque para tanto, na pobreza dos nossos recursos estaduais, não chegavam as possibilidades do governo; mas para conhecer diretamente a natureza e a intensidade do drama da vida popular de qualquer das grandes cidades brasileiras, para conhecê-las, para participar delas, diretamente, para sofrer com eles, que era o que podia fazer; dar-lhes, não uma cota de salvação, mas uma cota de sofrimento, de fraternidade, na compreensão e na dor”.

Nelas se refletia a alma do cristão. E Mangabeira o era profundamente. Dessa preferência pelos mais necessitados proveio a constância com que se votou aos problemas sociais. Ele o confessaria mais tarde: “O que, sobretudo, prometi foi realizar em nossa terra um governo democrático, vale dizer, um governo de moralidade e de trabalho, um governo de portas abertas, com o qual todos pudessem cooperar, e que se preocuparia seriamente com os problemas que afligem o povo, não esquecendo, particularmente, a causa dos que mais sofrem, a grande causa dos desamparados”. Com esse amor pelos menos afortunados corria parêntese um arraigado desdém pelo dinheiro, que tinha como invenção do diabo.

Certa vez, Carlos Lacerda disse-lhe que ele não seria Presidente da República por faltar-lhe o apoio do empresariado, pois, além de político profissional, tinha desprezo pelo dinheiro. Respondeu-lhe Mangabeira: “É muito possível que você tenha razão. Porque tenho realmente um desprezo total pelo dinheiro. A única coisa que me interessa na vida é a política, é dedicar-me às coisas de um povo e de uma nação”.

Nem outra coisa fizera como Governador da Bahia, jamais pensando nele próprio. João Mangabeira disse, certo dia, a Afonso Arinos: “Octávio não tem bens móveis, nem imóveis”. E acrescentou: “Eu emprego a palavra no seu mais rigoroso sentido — não tem uma cama, uma mesa, uma poltrona para ler. Não tem móveis”. Daí costumar Aliomar Baleeiro repetir que Octávio Mangabeira era “homem sem cama própria”.

De fato, ele saía do governo da Bahia sem cama. Saía, porém, sagrado pelo respeito, pela admiração e pela estima dos seus concidadãos.

Da Bahia, Mangabeira assistira, atento e inquieto, aos acontecimentos que, em 1950, culminaram com o retorno de Vargas à Presidência da República. Pelo rumo dos integrantes do Partido do governo, ele se convencera de caminharmos para nova traição à Democracia. Por todos os modos possíveis advertiu o País, tentando evitar a divisão das forças democráticas. As paixões políticas impediram fosse ouvido. E ele diria, numa síntese do seu pensamento, após a posse de Vargas: “O que se instalou no Catete, com a volta do ex-ditador, não foi propriamente um governo. Foi uma conspiração”. E essa conspiração se desdobraria até o trágico suicídio de Vargas.

Este ocorreu pouco mais de um mês antes das eleições de 1954, às quais Mangabeira concorreu como candidato à Câmara dos Deputados. Por algum tempo ele se declarara infenso a se candidatar. Por fim, instado pelos correligionários, e certo das intempéries que se prenunciavam, resolveu ainda uma vez pedir o voto dos baianos, tal como o fizera havia mais de quarenta anos. Na ocasião, havendo deixado a UDN por motivos de política estadual, sentara praça no Partido Libertador, juntamente com antigos companheiros de jornada. Não fora uma deserção, acentuou,

e, sim, uma troca de trincheira. Na verdade, tivéramos de mudar de partido, e nenhum mais adequado do que o Libertador, presidido pela íntegra e singular figura de Raul Pilla. Este telegrafou, então, a Mangabeira: “No momento em que são recebidos no Partido Libertador os representantes do movimento autonomista da gloriosa terra baiana, tenho satisfação de apresentar ao grande líder democrático as cordiais saudações dos Libertadores”.

Antigo fundador e Presidente da UDN, Mangabeira não saiu sem mandar estas palavras de apreço aos velhos correligionários: “Motivos imperiosos, sobre os quais, dado o grande apreço que tenho pela UDN, prefiro silenciar, me levam a acolher-me à sombra do Partido Libertador, que tão fiel tem sido aos ideais da gloriosa campanha de libertação nacional que juntos empreendemos em 1945, sob a bandeira de Eduardo Gomes. Não mudo assim de combate. Mudo apenas de trincheira, para melhor combater”.

O estadista voltava à trincheira. Seria o seu último período na Câmara dos Deputados, e talvez aquele em que sua palavra alcançou maior beleza e altitude. Por vários motivos, despira-se de qualquer outra ambição que não fosse servir ao Brasil. E na medida em que cresciam as decepções do patriota, mais se inflamava a alma do idealista. No fundo, mais do que um reformador, Mangabeira possuía a alma do revolucionário. Em 1939, da Polícia Militar, onde estava preso, ele me escrevera: “Quem nos dera, meu caro amigo, que os nossos grandes de hoje tivessem um pouco da alma do alfaiate João de Deus ou do soldado do 1.º Regimento, Luiz Gonzaga das Virgens”. Evocava, assim, supliciados baianos enforcados em 1798, por ocasião da Revolução dos Alfaiates. E o tempo fazia crescer nele o sentimento de inconformidade diante das injustiças. Dele é esta expressão de inconformismo: “Confesso que amo as rebeldias legítimas. O que detesto são as acomodações exageradas. Uma Nação que se habitua a se acomodar a tudo é uma Nação que se educa na escola da fraqueza”. Quando Governador da Bahia, repetia freqüentemente esta frase: “Não me falem em greve, porque a minha tendência é para estar ao lado dos grevistas”.

Igual sentimento deixaria vazar nestas recordações: “Quando Governador de meu Estado, desabou, certa vez, um temporal sobre

a cidade; chovia copiosamente e a lama descia pelos morros, invadindo os casebres da gente pobre. Dispus-me a visitar o local, para ver de perto o estado a que ficaram reduzidas as moradias daquela gente. Encontrei seus lares invadidos pelas águas e os móveis inteiramente escangalhados, como era, aliás, de costume. Receberam-me alegremente. Observei-lhes que aquilo não ocorreria comigo, se morasse eu num dos casebres porque já me teria revoltado, fosse como fosse”.

Não admira, portanto, que, a propósito do levante de Aragarças, do qual teve conhecimento horas antes de deflagrado, dissesse que, se convocado, teria ido incorporar-se ao movimento militar. Na realidade, ele já não acreditava na possibilidade de se regenerarem os costumes políticos sem o choque de uma revolução.

Apesar da saúde abalada, e os médicos a desaconselharem o esforço e as emoções da tribuna, Mangabeira não conheceu um minuto de descanso, pronto a convocar o País a se manter vigilante na luta pela purificação do regime. A vida era o que menos lhe importava. Por vezes pareceu quase uma voz no deserto, circunstância que tornava ainda mais admirável a pregação do patriota. E não raro a sua palavra alcançou luminosidade inesquecível.

Quando da tentativa de se processar o deputado Carlos Lacerda, ele se diria “absorvido pela obsessão de um só problema: o problema do regime, o da oposição aos sistemas discricionários, o da construção, no Brasil, de instituições livres, as melhores que as circunstâncias pudessem permitir. Essa mania — diria Mangabeira — se assim me posso exprimir, nunca me abandonou; e, já agora, me há de levar ao túmulo”. Bendita mania, à qual deve a Nação tantos momentos de glória para o Parlamento. Momentos cujo preço foi toda uma vida de sacrifícios.

Mangabeira tinha consciência do quanto lhe custara a fidelidade a algumas idéias. Famosa ficaria a resposta ao aparte no qual o deputado Fernando Ferrari lhe dissera haver sido bom político e mau profeta. A réplica veio na bucha: “Recebo com boa vontade as suas palavras, não digo a ironia, porque sei que V. Ex.^a não tinha esse pensamento. Mas, se alguma coisa tenho sido neste País, é mau político, porque vivo sempre no ostracismo. Ainda agora, aos 70 anos de idade, sou soldado raso nesta Casa,

tão mau político fui a vida inteira. Não tenho nenhuma autoridade para vir a esta tribuna. Hoje aqui estou mais como um intruso. Quem teve a palavra foi V. Ex.^a que, ainda na flor da idade, é líder de um grande Partido. Eu sou aqui soldado raso, despido de dragonas e estrelas. Tudo que 50 anos de trabalho me deram me retiraram. Venho hoje ocupar a tribuna por conta própria. Agora, bom profeta tenho sido. Anunciei que a ditadura levaria o Brasil à calamidade. E levou. Anunciei que o Estado Novo se perpetuaria até ser deposto pelas armas. E se perpetuou. Anunciei que o Sr. Getúlio Vargas, voltando ao governo, depois de ter sido deposto como ditador, acabaria tragicamente. E acabou. Todos os meus vaticínios se têm realizado". Calorosos aplausos do plenário interromperam a réplica a cada passo. Mas, somente quem a ouviu, como é o meu caso, terá exata idéia da emoção que sacudiu a assistência ante aquela palavra cálida e coerente.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite-me V. Ex.^a um aparte, nobre Senador Luiz Viana?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer, nobre Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro — Antes que V. Ex.^a termine o seu notável discurso, eu queria intervir. Confesso a V. Ex.^a que hoje tenho a oportunidade de ver resgatada uma dívida que era também minha, a dívida de trazer aqui o meu depoimento sobre Octávio Mangabeira, meu chefe durante tantos anos da minha vida pública. Os altos e baixos da campanha eleitoral não me permitiram, não me ensejaram oportunidade de redigir um discurso sobre o nosso eminente companheiro de luta por tantos anos. V. Ex.^a o resumiu tão bem que as várias anotações que aqui fiz deixo guardadas para outra oportunidade. Neste hora em que se reabre a Assembléia Nacional Constituinte, seria necessário focalizar que em 1946 só foi possível, e V. Ex.^a é testemunha, integrante que foi daquela Câmara, daquele Congresso, realizar a obra de 1946 porque houve dois grandes Líderes na Assembléia Nacional Constituinte: do lado do Governo, Nereu Ramos; do lado da Oposição, Octávio Mangabeira. Como V. Ex.^a afirmou, Octávio Mangabeira era engenheiro,

era professor de Astronomia, e meu pai, na Escola Politécnica, foi um dos seus examinadores. Houve até quem ironizasse, certa vez, para ferir Cincinato Braga, dizendo que na política brasileira só existiam dois professores de Astronomia: Octávio Mangabeira e Cincinato Braga. Retrata V. Ex.^a e, principalmente aquele homem que lutou, dentro e fora do País pelo restabelecimento da ordem constitucional. Acompanhei e distribuí muitos dos panfletos que ele enviava à sua cunhada, dona Edith, o que ela fazia multiplicar e distribuir àqueles que se encarregavam de espalhar clandestinamente a palavra de Octávio Mangabeira enviada do estrangeiro. V. Ex.^a lembrar-se-á, e o Brasil lembrará sempre, do grande Orador. Trago aqui uma achega modesta ao discurso de V. Ex.^a Octávio Mangabeira, ao contrário do que muita gente pensava, não decorava os discursos, já que não os lia da tribuna, e não leu sequer quando tornou posse na Academia Brasileira de Letras. Ele apenas armava o discurso. Na sua privilegiada memória, ele guardava o discurso inteiro, e uma prova disso nós a obtivemos durante a campanha de Arnaldo Salles Oliveira: ia ser realizado o grande comício do Pacaembu. Naquele tempo, não havia avião, era o "Cruzeiro do Sul", o trem "Cruzeiro do Sul", que saía às 9 horas da Central. Os oradores falavam sempre lendo os discursos, e estes eram publicados no dia seguinte. Enquanto Octávio Mangabeira falava sem ler, era preciso taquigrafar seu discurso, e somente três ou quatro dias depois eram publicados, quando já haviam envelhecidos. Naquela noite, antes de viajar para São Paulo, para falar no Pacaembu, D. Edith o convenceu a ditar o discurso, para que ela, então, colhesse integralmente sua fala. E quando foi realizado o grande comício do Pacaembu, diante do rádio estavam D. Edith, Ernesto de Assis e este Senador, para conferir se naquele discurso ditado, inclusive até no automóvel que o levou à Estação da Central do Brasil, havia muitas mudanças em sua fala. Pois aquele brilhante, memorável discurso, foi apenas corrigido em dois adjetivos. Ele guardara, durante mais de 24 horas, na memória, inteiramente, o discurso que ia pronunciar no comício do Pacaembu. V. Ex.^a acentuou a sua preocupação com a pobreza. Como Governador da Bahia, nós o acompanhamos. Em certa feita, ele me dizia que muita gente se queixava do salário mínimo, mas havia uma multidão muito maior que não ganhava nem um salário

mínimo, e essa multidão não reclamava. Era a multidão que ia àquelas audiências públicas a que V. Ex.^a se referia. O depoimento de V. Ex.^a há de ficar nos Anais desta Casa como retrato fiel da personalidade de Octávio Mangabeira, que, certamente, será objeto de outros estudos mais amplos, que hão de perpetuá-lo na memória e na gratidão não só da Bahia como de todos o que um dia lutaram e amaram a liberdade deste País.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex.^a o aparte com que distingue o meu discurso e o enriquece, e também pela oportunidade que me dá para, de algum modo, recordar aqueles dias que vivemos juntos, em que lutamos juntos, em que combatemos juntos sob a liderança de Octávio Mangabeira. Foram grandes dias da República, e deles sei que V. Ex.^a se honra, como eu também me honro, porque realmente trabalhamos para servir à República, à democracia e à liberdade, como V. Ex.^a bem acentuou.

V. Ex.^a que tão bem o conheceu, que o conheceu desde a sua mocidade, uma vez que ele foi da intimidade da casa de seu ilustre pai, que como ele, professor da Escola Politécnica da Bahia, V. Ex.^a, que tão bem o conheceu, tem todas as condições para dar o depoimento que acaba de prestar à Casa sobre a invulgar personalidade desse grande brasileiro que foi Octávio Mangabeira.
Muito obrigado a V. Ex.^a

O Sr. Jorge Kalume — Permite V. Ex.^a um aparte, nobre Senador?

O SR. LUIZ VIANA — Ouço V. Ex.^a, nobre Senador Jorge Kalume.

O Sr. Jorge Kalume — Vendo V. Ex.^a na tribuna falando da marcante figura de Octávio Mangabeira não poderia deixar de participar também desta homenagem que o Senado presta, através de V. Ex.^a, escritor emérito e coestadano, a esta figura ímpar da História brasileira que foi Octávio Mangabeira. Devo lembrar a V. Ex.^a que sou admirador dos Mangabeiras. O meu pequenino Estado do Acre muito deve aos Mangabeiras, haja vista que um dos irmãos de Octávio Mangabeira, Francisco Mangabeira, que era médico e poeta, e foi herói, escreveu nas selvas acreanas um

dos mais belos e épicos hinos para um Estado como o Acre, e, em 1979 teve a honra e o prazer de homenagear sua memória, quando do seu centenário de nascimento. Cumprimento V. Ex.^a por esta homenagem que presta a Octávio Mangabeira em nome do Senado Federal, o grande Octávio Mangabeira que também prestou serviços inestimáveis ao Estado do Acre, que, quando Ministro das Relações Exteriores do Governo de Washington Luís, concluiu definitivamente as pendências de fronteiras com a República vizinha da Bolívia, iniciados os estudos no tempo de Rio Branco e concluídos no Governo de Washington Luís, através da figura ímpar de Octávio Mangabeira. Cumprimento, mais uma vez, V. Ex.^a, historiador emérito, por essas reminiscências, por essas lembranças, que, se engrandecem V. Ex.^a, também engrandecem o Senado Federal, por trazer ao nosso conhecimento essas passagens que culminaram com a grandeza de Octávio Mangabeira. Parabéns a V. Ex.^a

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex.^a e me permito acentuar que V. Ex.^a, aliás como lembrou, é um velho admirador dos Mangabeiras. E a V. Ex.^a mesmo devemos haver sido localizado, em São Luís, o túmulo de Francisco Mangabeira, o poeta, o autor do “Hino do Acre”, que, regressando lá do extremo norte, faleceu em águas do Maranhão, aí sendo sepultado. V. Ex.^a, um dedicado servidor, não só do País, como das Letras, teve o cuidado de, com emoção, com grande sentimento, ir a São Luís pesquisar, investigar, até encontrar aquela lápide, sobre a qual depositou algumas flores. Pode estar certo V. Ex.^a que, naquele momento, as colocava não apenas em nome do Acre, como em nome da Bahia e do Brasil. Agradeço a V. Ex.^a

Com o correr dos anos, Mangabeira, a exemplo daquele senador Buffet, que Anatole France diria “ser escutado antes mesmo de falar” adquiriria, simultaneamente, fama e autoridade. Depois vinha a admiração pelo orador invulgar, e nenhuma figura era maior do que ele no Parlamento. De fato, a palavra tornara-se o maravilhoso instrumento do grande Líder. “A sua palavra, — escreveu Prado Kelly — oportuna, lapidar, desassomburada, profética, tornou-se, ao longo das campanhas, o ágil e vigoroso instrumento de uma persistente e iluminada ação política, só explicável,

em termos de grandeza, pela autoridade moral do tribuno". Na realidade, o orador nunca parecia arrebatado pelos tropos da eloquência. A palavra saía-lhe medida, a frase justa, cada sílaba enunciada com nitidez, ao tempo em que um raciocínio perfeito se desdobrava com segurança e propriedade. Muito se dizia que decorava os discursos. Certamente os preparava com tal cuidado que acabavam por dar impressão de natural espontaneidade, como se improvisados, e impondo-se aos auditórios embevecidos. A aparência do orador era tranqüila. "Ninguém imaginaria" — confessou-o a Paulo Pinheiro Chagas — "jamais se haver acercado da tribuna sem experimentar funda emoção". Como ocorre com os grandes oradores, era imperioso tivesse na tribuna um pouco de ator, conhecedor dos pormenores do papel representado. Lembra-me que, certa vez, ao recordar pequeno incidente que antecedeu ao discurso por ocasião da posse de Getúlio Vargas, em 1946, ele o evocou dizendo-me que mal o percebera, pois ainda estava na "cena dos óculos". Dos óculos que, ao assomar a tribuna, limpava vagarosamente, enquanto a platéia, pressurosa, aguardava a palavra, avidamente esperada.

Dos anos vividos no Parlamento, nenhum período mais brilhante do que o do último mandato na Câmara dos Deputados. Sem perder o equilíbrio que lhe era peculiar, Mangabeira tomara-se, pela experiência e pelo sofrimento, a palavra empenhada em evitar os perigos que via rondarem a vida republicana. Todos se recordariam, porém, das advertências com que tentara salvar a democracia.

Com o mesmo espírito, poderia dizer o mesmo ânimo, Mangabeira passaria da Câmara para o Senado. Trazia, porém, a alma amargurada pelas grandes decepções, percebendo a inutilidade dos esforços e sacrifícios. Amargura que a saúde precária fazia ainda maior. A Prado Kelly, que o visitava enfermo, ele resumiu, numa frase, as angústias que lhe inundavam a alma: "A minha tristeza é mortal". Antevendo os abismos que não demorariam a tragar a República, era esse há muito o estado de espírito de Mangabeira. Dominava-o invencível ceticismo. Recolhido a uma Casa de Saúde, nos dias derradeiros, freqüentemente eu ia visitá-lo. Encontrava-o lendo vida de santos. Na última vez que o vi relia

a vida de São Cristóvão. Dir-se-ia que o sacrifício de mártires e santos amenizava-lhe os sofrimentos.

Contou Afonso Arinos, chegado ao Senado na mesma ocasião, que “no dia de nossa posse, sentado ao meu lado, Octávio Mangabeira mostrava-se inconformado e triste. Chegava ao posto mais alto da vida parlamentar, mas não denotava nenhuma satisfação. Ao contrário. Sua inconformidade com a situação política nacional era tão grande que ele me transmitiu algo que me deixou surpreso. Disse-me, quase literalmente, que não tinha nenhuma ilusão sobre o mandato, e que se pudesse — aqui a citação literal — “destruiria tudo para fazer um novo Brasil”.

Era o último sonho, se não a derradeira decepção do patriota. No fim da vida, amargurado pelas sucessivas desilusões, Mangabeira já não acreditava possível sanear-se os costumes políticos dentro da ordem vigente, incapaz de conter a maré montante da corrupção. Eram os lampejos finais da alma do inconformado revolucionário em busca de uma sociedade mais justa e mais limpa. Se pudesse, ele destruiria tudo para construir um novo Brasil. O Brasil pelo qual tanto sofrera, tanto trabalhara, e com o qual tanto sonhara. Ao longo de três décadas, desde que o colhera a tempestade de 1930, Mangabeira não conhecera repouso. Nos longos e dolorosos exílios, no parlamento, ou no governo da Bahia, Mangabeira não deixara de lutar por “um mundo mais lógico, mais justo, ou, ao menos, mais sério e mais limpo... “A sementeira havia sido árdua. Mas, os frutos eram menores do que os sonhos.

Quando morreu, trazia no bolso do pijama a conhecida frase de Rui Barbosa: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se das virtudes, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”. A imensa desilusão e a amargura faziam transbordar o cálice do idealista.

Anexo



Octávio Mangabeira, Ministro das Relações Exteriores, em seu Gabinete de Trabalho; na parede, quadro retratando o Barão do Rio Branco.

**Manifesto publicado por Octávio Mangabeira
antes de partir para o exílio, em 1930**

PALAVRAS À NAÇÃO

— I —

Aos que me fizeram a bondade de perder alguns momentos com a leitura destas linhas, apresento desde logo os meus agradecimentos.

Pertencço ao número dos homens públicos que se consideram no dever de dar contas dos seus atos aos seus concidadãos. Não porque pretenda posições. Não aspiro hoje a nenhuma. Pelas poucas que tenho exercido, sei o que elas custam de trabalhos e atribulações de todo o gênero aos que se esforçam por desempenhá-las com patriotismo e probidade. Consultasse os meus penderes, ou os meus desejos íntimos, renunciaria de todo à atividade política. Vinte e seis anos de tarimba, em quarenta e seis anos de existência, me dariam direito à reserva, onde zelasse melhor os meus interesses privados. Sou, no entanto, incapaz de desertar, quaisquer que possam ser os sacrifícios, em um momento de adversidade, e principalmente quando a Pátria, flagelada, de todos os lados, por tantas dificuldades, precisa da devoção e do concurso de todos os seus filhos.

Se, porém, nada pretendo, há, contudo, uma grande aspiração que nunca me abandona, que fundamentalmente me domina, a que sempre subordino as minhas atitudes: a de merecer, a todo o tempo, o conceito dos meus compatriotas. Esta ambição, eu a confesso, eu a nutro. Nem outra será precipuamente a razão por que ora venho a público. Envolvido, a meu contragosto, nos fatos que são notórios, preso, mandado embarcar, submetidos a sindicância e inquéritos os meus atos na pasta que exerci, não quero pisar a terra brasileira, tanto que a ela retorno, sem que dirija imediatamente uma palavra à Nação. "Não toca unicamente

aos indivíduos, senão também ao pai — escreveu certa vez, Ruy Barbosa — a boa fama dos homens que o sirvam ou tenham servido nos altos postos do Estado". Mandatário do povo, saído do parlamento para a direção de um ministério, onde, ao longo de quase quatro anos, Ministro das Relações Exteriores, me coube a honra de ser um órgão do Brasil, preciso deixar provado, nas atuais circunstâncias que, se outros, sem dúvida, me levariam vantagem no brilho ou na competência com que poderiam exercê-la, ninguém me excederia no civismo, no zelo funcional, antes e acima de tudo, na honradez, com que posso dizer, sem soberba, que exerci a elevada investidura: e, deposto o Governo a que servia, e em face destes sucessos a que acabo de aludir, me esforcei por conduzir-me à altura de meu dever, à altura das maiores exigências da compostura e da dignidade, modesta, mas dignamente (em todas as emergências).

PORQUE FUI PRESO

Uma Carta ao Sr. Getúlio Vargas e as Explicações do Governo

Teria sido preso por motivo que me desabonasse? não é em vão que começo por fazer esta pergunta. Porque houve quem pretendesse, no momento, aproveitando a surpresa com que a opinião recebera o ato que me atingiu, insinuar que duas faltas graves o haviam determinado, tanto mais quanto, tendo saído o Governo a 24 de outubro, só quinze dias depois se verificara a prisão, nem com outro qualquer dos ministros o mesmo fato ocorrera, porque os da Justiça e da Guerra, igualmente detidos, o foram no próprio dia 24. Tinha eu pretendido conseguir uma intervenção estrangeira na luta armada em que se desnaturara o caso da sucessão. Tinha eu desbaratado, por meio de pagamentos indevidos, inclusive à Agência Americana, a soma distribuída ao Ministério por conta do crédito aberto para a defesa da ordem. Sob a forma de boatos ou de versões imprecisas, era assim que a maldade visava, pelas caladas da noite que então se estabelecera, um homem que, recolhido incomunicável a um quartel, não tinha sequer notícia do que se estava passando.

Pouco tempo decorrido, o próprio Ministério das Relações Exteriores, por circunstâncias que sobrevieram, dizia, em nota aos

jornais, que a verba de que dispusera o Ministério, a título de serviços inerentes à manutenção da legalidade, se havia conservado quase intacta. Dela de fato o ministro, que dela podia usar a pleno arbítrio, não se utilizara, todavia, senão para pequenos pagamentos, comprovadamente regulares, entre os quais, por sinal, nenhum constava à Agência Americana. Verificou-se, por outro lado, que a invencionice da intervenção estrangeira não tinha qualquer sombra de verdade, por mais apagada, por mais tênue, por mais remota que fosse. Nem houve a ela quem se referisse, mesmo através de todas as devassas, a que a minha ação no Ministério andou submetida.

Não seria eu, porém, tão desavisado ou tão incauto que não procurasse apurar, para evitar os equívocos, presentes ou futuros, as causas determinantes da situação em que me achava. Preso a 7 de novembro às onze horas da noite, dirigi, logo na manhã seguinte, ao Sr. Getúlio Vargas, a carta que em seguida se vai ler, e que só no dia 9 lhe pôde chegar às mãos, por ter dependido a remessa de permissão, ou até possivelmente, de exame da Polícia:

“Exm.º Sr. Dr. Getúlio Vargas:

A 25 de outubro, isto é, no dia seguinte ao da deposição do governo, fui convidado, pelo General Tasso Fragoso, a comparecer ao Catete; e, em conversa com S. Ex.ª e com o General Malan D'Angrogne, e, depois, com o General Menna Barretto, exprimi, com a maior sinceridade, em termos que os aludidos generais lhe poderão referir, os votos de patriota que fazia com que os novos responsáveis pela direção do país tivessem completo êxito, ao serviço da República. Reitero, hoje, a V. Ex.ª estes votos.

Voltando à minha casa, nela me conservei tranqüilamente, na modéstia da vida de família a que me habituei, embora distinguido a cada momento, como era natural, por visitas de amigos, de conterrâneos, de funcionários do ministério que acabava de deixar, e não raro, de diplomatas estrangeiros, que se desobrigavam do dever, por assim dizer protocolar, de trazer seus cumprimentos ao ex-Ministro, com o qual vinham trabalhando há quase quatro anos.

Previendo, não obstante, as explorações, tão comuns em períodos anormais como o que atualmente atravessamos, procurei indagar, por amigos do governo, se havia inconveniente em que permanecesse em minha casa, ou se pareceria preferível que dela me transferisse para algum ponto a que me recolhesse. Nada me foi prescrito. Fui, ao contrário, informado de que tudo, mais a mais, se ia normalizando.

Não preciso dizer a V. Ex.^a que não me faltaram oferecimentos de embaixadores e ministros, acreditados junto ao nosso Governo, quase todos meus amigos pessoais, para recolher-me asilado a suas embaixadas e legações. Por amor do Brasil e em honra do Governo brasileiro, recusei sempre. O asilo já é, por si mesmo, uma instituição ou uma prática que, até certo ponto, não abona os países onde se aplica. Acabava eu de dirigir a nossa chancelaria, com a plena, absoluta segurança de nela haver sido útil aos interesses da Pátria. Conheciam-me os diplomatas estrangeiros, aqui acreditados, a serenidade de ânimo, o desapaixamento, a insenção com que sempre com eles tratei, mesmo quando lhes dava informações a respeito dos últimos sucessos da política interna. Pareceu-me, em conseqüência, que, nas condições especiais em que desta sorte me encontrava, seria porventura um desprimor, para com o país, e o seu governo, bater às portas de uma daquelas casas estrangeiras, para pedir-lhe abrigo.

De nada, por outro lado, me acusava a consciência, limpa, imaculada, principalmente da culpa de ter jamais, no poder, na mínima parcela que me coube, faltado ao respeito, à consideração, a quantos adversários, de mim, em qualquer caso, dependeram. Preferi deixar-me exposto ao que pudesse ocorrer.

Eis por que o delegado de polícia que, acompanhado de um capitão do Exército, me foi ontem prender na minha casa, depois das 10 da noite, não teve dificuldade em encontrar-me, no meu gabinete de trabalho, contente, comigo mesmo, dos graves incômodos a que me não poupei, e só suspirando pela hora em que permitido me seja dar contas à Nação do desinteresse, do esforço, da dedicação sem limites, com que procurei servi-la."

Às 11, pela manhã, procurou-me no quartel, que era o do 1.º Regimento, à Avenida Pedro Ivo, o Chefe da Polícia. Ia dar

à carta supra uma resposta verbal. Palestramos algum tempo. Retirando-se S. Ex.^a, tomei da pena imediatamente, para que acaso mais tarde me não traisse a memória, e deixei registrado o seguinte:

“Hoje, terça-feira, pelas 9 horas da manhã, recebi a visita do Dr. Baptista Luzardo. Reproduzo nestas linhas, por assim dizer textualmente, o que S. Ex.^a me disse, expondo o fim da visita:

“O Sr. Presidente da República (sic) mandou-me aqui dizer-lhe que recebeu sua carta. A carta foi lida por S. Ex.^a, que a releu na presença do Sr. Ministro da Justiça, estando eu também presente, ontem, às 11 h da noite. O Sr. Presidente da República, o Sr. Ministro da Justiça e eu reputamos o senhor um dos brasileiros ilustres, e esperamos que, homem de espírito como é, dará à sua reclusão (sic) o verdadeiro sentido, não a interpretando jamais como uma desatenção da parte do governo.

A sua reclusão foi resolvida em uma conferência, justamente entre nós três, em virtude de fatos que chegaram ao conhecimento do governo, e o aconselharam a tomar a referida medida, que envolve aliás o reconhecimento do relevo da sua pessoa.

Repito que o Sr. Presidente da República quer que fique muito claro que lhe vota grande apreço, e não teve, nem tem, de forma alguma, a intenção de melindrá-lo, sentimentos de que partilhamos o Sr. Ministro da Justiça e eu, chefe de Polícia.”

O apreço que, naquelas condições, me era singularmente assegurado, reiterado, precisamente da parte das três autoridades que haviam entre si concertado, não só a minha prisão, mas, ao mesmo tempo, os rigores a que a subordinaram — incomunicável, com sentinela à vista —, poderia talvez parecer, no fundo, uma ironia. Devo, porém, declarar que, ao menos até 7 de novembro, tivera, de tal apreço, demonstrações inequívocas.

Com o chefe do governo provisório, meu antigo colega na Câmara e depois no Ministério, mantive, através das divergências políticas, com a mesma inteira cordialidade, as relações pessoais que tão antes delas criáramos; e, ainda recentemente, me havia S. Ex.^a transmitido, em atos espontâneos, datados de Porto Alegre, os seus aplausos e agradecimentos a serviços por mim prestados ao Rio Grande e ao país.

A única vez em que me correspondi, ao que me lembro, com o Sr. Oswaldo Aranha, foi quando, três dias após a eleição de 1.º de março, S. Ex.ª, então secretário do Interior da administração rio-grandense, me telegrafou reclamando, em termos incisivos, contra um abuso que o Itamarati, segundo chegara ao seu conhecimento, teria praticado, divulgando no estrangeiro, antes mesmo que fossem conhecidos os algarismos do pleito, a eleição do Sr. Júlio Prestes. Respondi-lhe esclarecendo que a informação que lhe inspirara o protesto não tinha fundamento: o que o ministério comunicara, como aliás lhe cumpria as nossas repartições diplomáticas e consulares, fora o resultado do pleito no Distrito Federal, acrescentando, entretanto, que os resultados nos diferentes Estados começavam apenas a chegar. Não obstante a clareza, a insofismabilidade das minhas explicações, o Sr. Oswaldo Aranha houve por bem replicar-me. Dignou-se, todavia, acentuar, concluindo, que os reparos a que se abalançara não prejudicavam a alta conta em que era tida no Rio Grande do Sul a minha ação na pasta que ocupava.

O Sr. Baptista Luzardo, opositorista dos mais rubros, subira um dia à tribuna, para justificar uma moção, que a Câmara aprovou, consignando louvores ao Governo pelo modo por que vinha pondo termo às questões de limites do Brasil.

Perguntei, como era natural, ao chefe de Polícia, quais eram, em suma, os fatos a que se referira, e em virtude dos quais o governo julgara inconveniente a minha liberdade. Abstendo-se, polidamente, de maiores explicações, disse-me, contudo, o Sr. Luzardo, quando mais não fosse, o bastante para que eu compreendesse que se me atribuíam atividades, porventura inoportunas. Se estou faltando à verdade, S. Ex.ª me contestará.

Raciocinemos, entretanto. Que atividades, afinal de contas, poderiam ser aquelas de que me supunham capaz, a ponto de me prenderem? Responsável, mais de perto, pela política exterior do país, não tinha eu sido, notoriamente, nas lutas, um elemento extremado. Precisamente ao contrário. Preservando o Itamarati das iras da tempestade, não praticara, no Ministério, um só ato que, mesmo de longe, exprimisse facciosismo ou intolerância. Fartos eram de saber os nossos meios políticos que a minha voz em

todos os momentos, quem sabe se algumas vezes mal julgada — e cada dia mais me compenetro de que só a união dos brasileiros, fraternizados, acima das controvérsias, pelo amor comum da Pátria, há de salvar o Brasil —, fartos eram de saber os nossos meios políticos, e há disso irrecusáveis testemunhos, que a minha voz, ainda nas horas mais graves, fora sempre uma-voz de cordura, inalterável na moderação, irreduzível na serenidade. Por outro lado, tanto quanto estive ao meu alcance, esforcei-me, como ministro, por bem servir a República.

Que não era outro, a meu respeito, o juízo geral da opinião, há fatos que o corroboram de modo a não deixar dúvidas. Poderia citá-los inúmeros. Para não me alongar demasiado nesta parte da minha narrativa, lembrarei somente alguns. Na própria tarde de 24 de outubro, ainda no palácio Guanabara, os generais que ali representavam a subversão vitoriosa, declararam-me o desejo de que permanecesse no meu posto. Pediram-me no dia seguinte para ir ao Palácio do Catete, para reafirmar-me os seus propósitos, trocando comigo impressões, na noite de 24, consultou-me o diretor — proprietário de um grande órgão de publicidade sobre um apelo a fazer-me, no mesmo sentido, pelo seu jornal, protótipo de independência e de denodo, insuspeito, por todos os títulos, a revolução triunfante, o *Correio da Manhã*. Neguei, a tudo, o meu assentimento, por mais sensível que pudesse ser a tais manifestações.

Ao deixar o Palácio Guanabara, às oito horas da noite de 24 de outubro, último dos que de lá se retiraram naquela jornada histórica, que, até por honra do presidente deposto, não me descuidei de fixar, com todos os pormenores, em página especial, não me faltaram atenções de muitos dos militares que ali se aglomeravam; e lembra-me que o Sr. Cândido Pessoa, Deputado pelo Distrito Federal, cujo temperamento apaixonado vibrava naturalmente ao fogo das emoções daquele dia, veio, no momento, ao meu encontro, e, sem que eu soubesse ao que ele vinha, tanto o ouvira expandir-se, em altos brados, contra a situação desmornada, pediu-me licença para dar-me um abraço, e de fato abraçou-me dizendo: “O Senhor é um adversário a quem se pode abraçar”.

Se, pois, não militava, contra mim, a animosidade das paixões; se a junta militar governativa aquiescia em me honrar com as suas deferências; se o governo provisório, que a 3 de novembro a substituiu, me fazia sentir, já na prisão, pelo órgão do seu chefe de Polícia, que do apreço em que me tinha não havia eu desmerecido; se tudo é verdade, como decorre, não de ilações, mas de fatos, como os que venho aqui mencionando — quais seriam então, repito, aquelas atividades que induziram o governo a prender-me, com um soldado de arma embalada a vigiar-me os passos?

A resposta é só uma, e se impõe. As atividades eram, sem dúvidas, as que eu poderia exercer em favor dos amigos vencidos, no momento da mais fragorosa de todas as derrocadas, quando tudo era desânimo, esfacelamento, abandono, senão pânico e perigo. Eram, sem dúvidas, as atividades, as que eu poderia intentar contra os adversários vencedores, no momento do mais estrepitoso de todos os triunfos, quando tudo era poder, era entusiasmo, era força, senão desmando e loucura.

Vê, portanto, a Nação brasileira. Só tinha efetivamente por que me desvanecer do constringimento que sofria. Quando, a 15 de novembro, de uma das janelas dos cômodos que me destinaram no quartel, vi sair o regimento, ao som dos clarins ou das cornetas e ao rufo dos tambores, para o desfile comemorativo da fundação, no Brasil, das instituições liberais, pude saudar, de frente erguida, a Bandeira, que é o símbolo da Pátria. Aviltado, sim, me sentiria se, àquela hora, em vez de estar na prisão, estivesse no ministério, para que os generais me convidaram, penhorando aliás a minha gratidão, tão evidente a elevação de propósito, com que senti que o fizeram.

CONDUTA QUE MANTIVE NA PRISÃO. DECLARAÇÕES ÀS AUTORIDADES.

Passo agora a mostrar, sempre com os fatos, à luz dos documentos, a conduta que mantive durante o período em que estive atado às mãos das autoridades. Indiferente, insensível a tudo o que entendesse, porventura, com as minhas comodidades, ou com os meus interesses pessoais, tendo mesmo declarado ao chefe de Polícia, sem qualquer sombra de desatenção, que não desejava complacências, mesmo para visitas de família, algumas vezes na

semana, que ele acudira a proporcionar-me, só tive a estrita preocupação de velar, em toda a linha, por meu direito e pelos meus deveres, no plano elevado do interesse público e da responsabilidade das funções que, bem ou mal, imerecidamente — deputado quinze anos, não de sinecura, mas de efetiva colaboração parlamentar e política, eleito, mais de uma vez, na oposição, líder da bancada da Bahia em duas situações, Primeiro-Vice-Presidente da Câmara, mais de uma vez no exercício de sua Presidência, Ministro das Relações Exteriores — me coubera exercer no País.

Como o Sr. Luzardo me inquirisse, não sei se de ânimo deliberado, ou antes apenas a título de alimentar a conversa, sobre as intenções que me animavam, expus-lhe, em todo o caso, os meus propósitos, e, por escrito, lhos reiterei nestes termos:

“Não pretendo sair para o estrangeiro, pelos dois motivos seguintes:

1.º — porque não disponho de facilidade de recursos, para transportar-me com a família, e, com ela, manter-me no estrangeiro, por tempo indefinido;

2.º — porque não me parece de bom senso, não me parece airoso, a não ser compelido por circunstâncias flagrantemente notórias, que um político abandone o país, e neste os seus amigos, em um momento de adversidade, e vá recrear-se na Europa; além de que, tanto melhor será para o Brasil, para os seus créditos, para o seu conceito, quanto menor for o número dos emigrados políticos, que resultarem da revolução.

(Sairei entretanto, prontamente, se assim me determinarem, ou se os fatos exigirem, deixando, porém, expresso que jamais o farei de *motu-próprio*).

Permanecendo no Brasil, eis as preocupações que me dominam:

1.º — dar contas ao país, minuciosas, completas, do modo como exerci, no Governo deposto, a Pasta das Relações Exteriores;

2.º — repousar um pouco dos trabalhos, que tanto me assoberbaram, nos quatro anos em que fui ministro;

3.º — procurar o melhor meio de exercer dignamente a minha atividade;

4.º — carregar a minha pedra, quando e quanto me for permitido, ao serviço das reformas, administrativas e políticas, por

que deve passar a República, fazendo neste sentido alguns estudos, fixando observações da minha experiência, no parlamento, na administração, na vida partidária, vendo, acima de tudo, a Nação, e considerando que o dever de cada brasileiro, sobretudo dos homens públicos, é fazer o que esteja ao seu alcance, em plena sinceridade, para que o Brasil, tão ferido pela quebra da ordem legal, se restabeleça com vantagem. Visitarei, logo que possa, a Bahia, buscando, na terra natal, os estímulos de sua animação, ao tempo em que lhe rendendo os testemunhos da minha fidelidade. A não ser que me vedem as circunstâncias, ali disputarei, com os meus amigos, as primeiras eleições, provavelmente as da Constituinte, que se hajam de ferir.

(Animado da maior boa fé, não oponho nenhum obstáculo a conciliar os meus propósitos com as intenções do Governo, cedendo, afinal, à força, se de todo tiver de abrir mão dos meus objetivos.)”

A 13, dirigi segunda carta, desta vez entregue a 15, ao Sr. Getúlio Vargas. Como a primeira, tive de entregá-la em aberto ao oficial de serviço, para ser do quartel encaminhada no Palácio do Catete, uma vez que a polícia o permitisse. Independentemente dos cuidados que tal processo me impunha, sob pena de a carta não poder chegar ao seu destino, e do peso e da pressão da atmosfera reinante, timbrei em confirmar no que escrevi, com a circunspeção nos conceitos e a polidez na linguagem, sem que me privasse de dizer o que essencialmente me cumpria, que o ânimo, para ser forte, não precisa deixar de ser tranquilo:

“Exm.º Sr. Dr. Getúlio Vargas:

Volto hoje à presença de V. Ex.ª, já agora, antes de tudo, para agradecer-lhe as atenções com que me distinguiu, por intermédio do Dr. Luzardo, seu Chefe de Polícia, que me deu, anteontem, neste quartel, a honra de sua visita.

Acusando o recebimento da minha primeira carta; explicando-me as razões que levaram o Governo a prender-me; e assinando que o fato não atinge em nada o apreço com que continua a penhorar-me, não onfortou V. Ex.ª somente o seu antigo colega, mas, sobretudo, o cidadão brasileiro, empenhado por que se mantenham, na política do nosso País, nas relações entre os seus

homens públicos, as tradições da boa educação e do respeito recíproco, que, desde o Império, estão incorporadas ao nosso patrimônio.

Foi longa a palestra que tive com o Dr. Batista Luzardo. Nela procurei tornar-lhe claro:

1.º — que as aludidas razões não passaram de simples equívocos, que eu teria desfeito prontamente, se ouvido sobre o assunto;

2.º — que, animado do mais puro patriotismo, em face da nova época, que ora se inicia — espírito que sou, notoriamente, menos de demolição, que de construção — só nutro um grande desejo: o de ver o Brasil restituído, o mais depressa possível, em plena tranqüilidade, através de reformas eficazes, administrativas e políticas, ao primado da ordem legal;

3.º — que, mais por dignidade, ou por civismo, que por interesses de qualquer ordem, não me disponho à renúncia de atividade política, inclinado, ao contrário, a exercê-la, tanto que seja oportuno, particularmente em meu Estado, com a elevação compatível com a magnitude do momento, subordinando-me às restrições que decorram da anormalidade vigente. Relevo não esquecer, neste particular, a obrigação, em que me considero, de dar contas ao País, logo que o possa fazer, do modo como exerci, no governo deposto, a Pasta das Relações Exteriores;

4.º — que, assim expostas, com a mais absoluta lealdade, as minhas intenções, preciso conhecer as do governo, com as quais, em última análise, me terei de conformar.

Ora, em tais termos, Sr. Presidente — e reclamo, para a minha palavra, o direito de ser acreditada —, não me posso resignar, sem um protesto, por mais modesto que seja, ao estado de prisão em que me encontro. Vamos que este protesto nada valha. Ainda assim. Eu o lavro. É um grito de consciência. Valerá.

Ouçame V. Ex.ª Falo-lhe com a maior sinceridade, sem paixão, sem despeito, sem rancor, sequer sem ressentimento. Já que V. Ex.ª chefiou uma revolução triunfante, quero vê-lo assegurar-se, por serviços meritórios, na estima do País. Demais, se há uma situação comprometida com a prática da sã tolerância, é a que V. Ex.ª representa. Tolere-me, pois, o que lhe estou a dizer.

Na hipótese vertente, posso ser juiz em causa própria. Ninguém, melhor do que eu, sabe que a restrição, que se me impõe, não tem justificativa. Não é que faça caso da prisão, no que ela exprima de incômodo. Não é que por ela me sinta, de qualquer modo, atingido. É por honra de V. Ex.^a É por honra dos foros de cultura e civilização da nossa Pátria.

Pouco importa que a Constituição esteja suspensa, ou estejam suspensas as leis, ou haja poderes discriminatórios. Pouco importa. Não são as leis, ou a Constituição, que garantem a liberdade. É a nossa própria honra pessoal que nos impõe o respeito da liberdade alheia, e tanto mais quanto maior o poder em que nos encontremos investidos. Ao último dos cidadãos, não será porventura a liberdade uma faculdade tão simples, que se deva cassar sem mais aquela, sem provado motivo, ou justa causa.

Preso, por quê? Preso por precaução. Mas precaução contra quê? Se o Governo dispõe de toda a força; se a própria luta política não se está mais ferindo; se a ordem material está evidentemente assegurada na sua plenitude; se não há possibilidade, contra ela, de conspiração de qualquer gênero, se, em realidade, contra ela, ninguém me atribuirá, de boa fé, propósitos hostis, ou meios de os pôr em prática?

Ouçame V. Ex.^a Foi abusando, impunemente, da força; foi julgando as liberdades, principalmente dos adversários, uma demasia incômoda que a máquina dominante no Brasil, com o concurso de gregos e troianos, erigiu em autocracia, mais ou menos ostensiva o nosso regime presidencial. Ninguém pode tudo. Sobretudo, ninguém pode sempre. A justiça dos homens é falível. A outra, não falta nunca. Com a queixa contra a opressão de que me declaro vítima, fixe e reconheça nestas linhas, maduramente pensadas, o aviso de um bom amigo, do País e de V. Ex.^a

INTIMADO A RETIRAR-ME DO PAÍS UMA CARTA AO SR. ASSIS BRASIL.

Entretido, a princípio, com alguns livros, cuja leitura me despertava interesse, e depois escrevendo algumas notas, para guardar,

com todos os seus traços, a lembrança de certos episódios, deixara de ler os jornais, que aliás só podiam ser lidos por um favor de que não quis usar.

Já saíra publicada a nota oficial em que se incluía o meu nome entre os das antigas autoridades que seriam convidadas a deixar o País. Nada, entretanto, chegara ao meu conhecimento. Foi somente ao receber, no dia 18 à tarde, um emissário do Governo, Coronel Lúcio Esteves, atual comandante da Polícia, que vim ter conta da resolução de que S. S.^a, da parte do Ministro da Justiça, chefe que era do seu gabinete, me foi notificar. Intimavam-me a retirar-me do Brasil, acrescentando-se textualmente: “sem prejuízo dos procedimentos do tribunal revolucionário”. Tinham a solicitude de enviar-me uma relação dos navios que deveriam passar naqueles dias mais próximos pelo porto do Rio de Janeiro. Pediam-me, para preparar-me os passaportes, as indicações respectivas.

O Coronel dará seu testemunho. Nem por ter vindo, a bem dizer, de chofre, turbou-me a intimação a paz de espírito em que me acastelara. Perguntei se me era permitido continuar no Brasil, embora na prisão, como talvez preferisse. Ficou S. S.^a de dar-me uma resposta. Por isso, ou por aquilo, não m'a deu. Apurei, por meios outros, que tinha, de qualquer modo, de partir. Eu quisera, mesmo preso, permanecer no Brasil. Quisera sofrer, com ele, todos os seus infortúnios. Quisera nele enfrentar, em pessoa, quaisquer objeções que a mim se referissem. Não me coube senão submeter-me à imposição da força.

Refleti, como era natural, sobre a situação que me criava o fato novo da intimação recebida. Já deixara, é certo, expresso, em documentos escritos — o que enviara ao Chefe de Polícia, o que dirigira, em seguida, ao Chefe do Governo provisório — que só me ausentaria do País se coagido a fazê-lo, mesmo porque sobretudo me considerava no dever de acudir prontamente a qualquer dúvida que acaso se suscitasse sobre qualquer dos meus atos na Pasta que exercera. Intimado a sair para o estrangeiro, acabava de reiterar os mesmos pontos de vista. Não era, porém, bastante. Precisava, já agora, consignar, em novo documento, algumas declarações, que, a meu juízo, se impunham; e, já que se

me falava em tribunal revolucionário, cumpria-me lavar, com o meu protesto, nos necessários termos, alguma coisa que me traduzisse o mais absoluto desassombro com que pudesse desafiar, contra mim, por minha dignidade pessoal, por minha honra política, as iras da justiça de exceção. Foi então que tomei da pena e escrevi a seguinte carta ao Sr. Assis Brasil:

“Exm.º Sr. Dr. Assis Brasil:

Vacilei sobre quem havia de escolher para destinatário desta carta. Escolhi V. Ex.ª Mais idoso entre os membros do Governo, reúne a títulos de idoneidade, seja na cena política, seja na vida intelectual do País, o de ter desempenhado cargos diplomáticos, e aí naturalmente adquirido sensibilidade mais aguda, para ajuizar, com segurança, dos pontos de vista internacionais. É, por outro lado, V. Ex.ª um dos dirigentes do Estado, que responde, de modo mais direto, pela ditadura reinante.

Exerci, no Governo deposto a 24 de outubro, e que ia terminar o seu mandato a 15 de novembro, a Pasta das Relações Exteriores. O que se realizou, naquele Ministério, durante o quadriênio, deixei dito, com todas as letras, em quatro relatórios, distribuídos, cada ano, em maio, com absoluta pontualidade, quando se instalava o Congresso, e abertos sempre, invariavelmente, por uma introdução, do meu punho. Na última introdução, correspondente ao quarto relatório, fiz um resumo, nítido e completo, dos trabalhos levados a efeito no curso dos quatro anos. Remeto-lhe um exemplar. Se V. Ex.ª o ler — e rogo-lhe que o faça — me desculpará a imodéstia com que sou forçado a assegurar, tranqüilamente, conscientemente, que nunca, jamais, ali, em tempo algum, no Império ou na República, se produziu mais em igual período.

Jornais de combate ao Governo, nesta Capital e nos Estados, insuspeitos em todos os sentidos; parlamentares opositoristas, da mais reconhecida autoridade, estimularam-me em termos de que me desvanço. Posso ter o orgulho de dizer que, no apoio com que contei, mais ou menos caloroso, não houve discrepâncias.

Por uma coincidência, que, tudo não obstante, não deploro, foi justamente o Rio Grando do Sul o Estado a que mais servi, na minha qualidade de ministro. Além de fatos outros, a grande

ponte internacional e o ramal de Jaguarão são velhas aspirações rio-grandenses que fiz realidades. Colocaram-me ali o retrato no salão municipal. Devendo agora inaugurar-se a ponte, recebi telegrama do prefeito da referida cidade, pedindo-me auxiliá-lo para as despesas extraordinárias com a respectiva cerimônia. Respondi logo que sim, até porque Jaguarão, naquela solenidade, era a "expressão do Brasil."

Não sei, porém, o que mais importante, se o que fiz, se o que não fiz. Porque não fiz muita coisa, que outros, alguns hoje graduados na estima dos dominantes, se fartaram de fazer."

Nunca nomeei um parente. Nunca nomeei um terceiro-oficial, que não fosse, de acordo com a lei, por meio de concurso, revestido, notoriamente, da maior moralidade, observada, nas nomeações, a classificação dos candidatos. Nunca nomeei um segundo-secretário de legação que não fosse mediante transferência de funcionário provado na experiência da Secretaria. Nunca pus funcionários em disponibilidade para dispor de vagas. Nunca movi hostilidade a ninguém, por motivos políticos. Ao contrário. O horror que sinto pela vilania tomava-me talvez exagerado no zelo por quaisquer serventuários, a mim subordinados, e unidos, por quaisquer laços, aos adversários do Governo.

Haja vista o irmão e os filhos do Dr. Afrânio de Mello Franco e o genro do Dr. Arthur Bernardes colocados em postos excelentes, a começar pela embaixada em Paris, e neles assegurados. Haja vista Décio Coimbra, adido comercial, ex-redator da A Federação, pessoa cara ao borgismo, cumulado por mim de atenções, tendo-lhe feito uma última há cerca de dois meses. Haja vista Sócrates Moglia, rio-grandense, antigo cônsul de 1.ª classe, recomendado, que me fora antes, por deputados do Rio Grande do Sul, e que fiz promover, porque era justo, depois de aberta a cisão, ao cargo de cônsul-geral. Haja vista Guimarães Gomes, auxiliar de consulado, que, a pedido do Sr. Lindolfo Collor, em nome do Dr. Borges de Medeiros, fizera adir, com vantagens, à legação de Berlim, e aí se conservou. Haja vista certos cônsules de fronteira, declaradamente filiados à situação do Rio Grande, e que, funcionários interi-

nos, sem nenhuma garantia, nunca foram, entretanto, incomodados. Haja vista oficiais, antigos revolucionários, Arthur Seabra, da Marinha, Eduardo Gomes e Falconieri, do Exército, dos quais devo dizer que os dois últimos não cheguei a conhecer, e que, desejando servir em comissões de limites, podem dar o testemunho do acolhimento que lhes dispensei, requisitando-os para aquele fim. Haja vista... Seria interminável.

Dos meus oficiais de gabinete, uns houve que deram seus nomes às listas das adesões à candidatura Júlio Prestes. Outros preferiram não fazê-lo, por não serem, nem quererem ser políticos. O Dr. Hélio Lobo, que também trabalhava, ao meu lado, em posto de confiança, recusou, sob o mesmo fundamento, o convite para o banquete em que leu o Dr. Júlio Prestes a sua plataforma. Houve, mais tarde, quem criasse embargos à volta de S. Ex.^a para a legação no Uruguai. Mantive-o a todo o transe. Este o ambiente de elevação moral que, sob a minha administração, se respirava no Itamarati.

Um dia, não há muito, fui procurado, no meu gabinete, pelo Dr. Victor Maurtua, Ministro do Peru. Comunicou-me que o Dr. Mello Franco se asilara na sua legação. Respondi que agradeceria, como se a mim prestadas, as atenções pessoais com que S. Ex.^a o tratasse. Era um ex-ministro de Estado. Era um antigo embaixador do Brasil. Entendi-me com o Presidente da República. Obtive do chefe de Polícia que viesse ao Ministério. Mandeí um funcionário, que sabia ser amigo pessoal do Dr. Mello Franco, e ora é o chefe de seu gabinete, ouvir S. Ex.^a Ou voltaria para sua casa, com todas as garantias; ou se retiraria para o estrangeiro; ou iria para Minas. Como quisesse. Preferiu permanecer na legação. Pelos textos em vigor, dadas as condições oferecidas, podia ter-me oposto. Concordei. Ouvi do Sr. Ministro do Peru que a minha conduta fazia honra ao Brasil. O Dr. Mello Franco aí está. O caso é das vésperas da deposição do Governo. S. Ex.^a, do asilo, foi suceder-me na Pasta, a que há de dar, estou certo, brilhante desempenho.

As reformas, de caráter material, que o Ministério sofreu, nos últimos quatro anos, foram mais do que reformas. Foram, a bem dizer, transformação. Basta lá ir, e ver.

As obras de maior vulto — as de construção do edifício, verdadeiramente modelar, para os arquivos e biblioteca — fi-las assim: concurso, para o projeto e concorrência para a execução. Nunca

tive um candidato a fornecedor ou empreiteiro. Os meus auxiliares, homens de notória probidade, que me assessoraram no assunto, aí estão para confirmá-lo.

Quanto à minha intervenção na política interna, responsável, que era, no Governo, pelas Relações Exteriores, inoportuna seria qualquer explicação. Dados os fatos de 24 de outubro, só tenho uma atitude — a de aceitar, sem reservas, tantas e quantas responsabilidades me queiram atribuir.

Há, todavia, episódios, que devo considerar.

Fui acusado de ter quebrado lanças, expondo o Itamarati, para o fim de obter, como obtive, do Governo americano, a proibição da venda de armas aos revolucionários do Brasil. O caso se tem prestado a outras balelas: importação de gases asfixiantes, apelo para o recurso às intervenções estrangeiras. Como se de tudo não ficasse, no arquivo do Ministério, a documentação correspondente. Como se nesta não se refletissem a serenidade e a compostura com que o Itamarati se conduziu em todo o episódio da revolução, métodos tão diferentes dos que se empregaram em outras épocas, em circunstâncias análogas, como também de tudo ali se guarda a prova documental.

O que se deu entre as chancelarias, desta Capital e de Washington, foi isto, só isto, exclusivamente isto: o embaixador do Brasil, funcionário zeloso, comunicou-me que uma lei vigente, nos Estados Unidos da América, autoriza o Governo Federal a proibir a exportação de armas para revoluções em outros países. Era preciso, entretanto, que a embaixada pedisse, por nota, a aplicação da lei, já, mais de uma vez, utilizada em casos semelhantes. Autorizei o pedido, reputando que a medida teria “efeito moral”. Lá se acha o documento. Custa pouco examiná-lo.

A agência americana, que me consta haver sido aludida com o objetivo de censuras a minha ação administrativa, tinha um ajuste com o Ministério a meu cargo, celebrado há muitos anos. Indeferi, há cerca de três meses, duas petições da dita agência, requerendo pagamentos além dos termos do ajuste, sob a alegação de que sempre, nas administrações anteriores, lhe foi assim reconhecido e pago. É também questão de fato. Lá está o documento.

Da ação que me coube a 24 de outubro, e nas horas que antecederam ou sucederam, ao grande acontecimento, posso invocar dois altos testemunhos — o do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme, e do general Tasso Fragoso.

Convidado pelos chefes militares a permanecer no Ministério, evidentemente declinei. Desejava fazer uma visita, no Forte de Copacabana, ao Dr. Washington Luiz. Vindo ao meu encontro, pediu-me o general Tasso Fragoso que fosse entender-me com S. Ex.^a sobre a sua partida para a Europa.

Voltei para minha casa. Aí permaneci tranqüilamente. Quem não deve, não teme. Ocultar-me, por quê? Ademais, precisava acudir, no que pudesse estar em minhas forças, aos companheiros aflitos que de mim necessitassem. Recusei os asilos diplomáticos que me foram oferecidos. Ministro das Relações Exteriores, que acabava de ser, prestava assim uma discreta homenagem à civilização da minha Pátria. Não foi o governo sensível à dignidade do meu ato. Não o soube interpretar. Prendeu-me. Que pena ele me inspirou neste momento! Transportou-me, fora de horas, para um quartel. Deixou-me incomunicável. Era preciso que houvesse, entre os motivos de incômodo, alguma cousa para divertir. Um soldado, de arma embalada, foi-me postado à porta.

No dia seguinte, dirigi uma carta ao Sr. Getúlio Vargas (anexo n.º 1). S. Ex.^a teve a bondade de mandar à minha presença o chefe de Polícia explicar-me as razões da prisão (anexo n.º 2). Enviei, por escrito, ao Sr. Baptista Luzardo, algumas declarações (anexo n.º 3) e enderecei nova carta ao chefe do governo provisório (anexo n.º 4)

Acabo de ser intimado para retirar-me do Brasil. Que tristeza! Não se me perguntou quais os recursos de que para tal dispunha. Como se a expatriação, ela própria, não tivesse as suas regras. Como se os países estrangeiros fossem postos de degredo. Como se a eles não assistisse o direito de não receber tais emigrantes. Quão excessivo desconhecimento de coisas tão comezinhas! Falou-se-me em um tribunal que vai julgar as autoridades depostas. Que retrocesso! Que abismo! Quanto trabalho perdido para manter, no estrangeiro, o nosso conceito internacional!

Será despeito? Não. Não faço, de tudo isto, o menor caso. Sinto-me, de tudo isto, muito acima. Que me importam a mim tribunais, sejam quais possam ser, se deles não tenho por que recear? Se tenho uma vida limpa, uma consciência em paz, uma folha de serviços, que bem raros, nas mesmas circunstâncias, terão exibido ao país? Mas é pela minha Pátria. Sobre-me autoridade para dizê-lo? Sobre-me. Posso prová-lo? Posso.

Quando fui notificado, não há ainda muitos meses, de que uma das ditaduras, ultimamente implantadas na América do Sul, cogitava de criar um tribunal de exceção, um dos referidos tribunais, mostrei-me estarrecido. Não me parecia possível que a América Latina ainda estivesse tão bárbara, que devesse comportar um semelhante espetáculo. Pensei, então, em promover, contra o fato, um movimento internacional. Sim. Era, sem dúvida, um patrimônio comum que estava ameaçado. Não tinha um povo o direito de desclassificar um Continente, com a revogação de princípios que são conquistas pacíficas da civilização universal. Um filho que mate o pai, um pai que mate o filho, ninguém pode ser julgado sem juízes insuspeitos e sem defesa livre. Nunca havia eu de supor que, meses decorridos, se me reservava o tormento de ver o Brasil incidir, e em condições agravadas, na mesma objeção. Que tenho eu com devassas? Estou pronto a quantas queiram. Brado, por isto mesmo, alto e bom som. Devassa para os que caem, sem devassa para os que sobem, não creio que homem, que se presume honesto, me diga que isto é digno.

Deus que nos acuda. E há de acudir. Expatriações, tribunais de exceção, monstruosidades que tais, a mentalidade brasileira, o espírito brasileiro, as tradições brasileiras repelem como injúrias. Há, pois, o Brasil de varrê-las, mais hora, menos hora, como certos ambientes expulsam do seu seio os germens que não podem prosperar senão nos meios que lhes são propícios. Desiludam-se as novas divindades. Não medrarão entre nós. A nossa já nos está no coração. A nossa é Jesus Cristo.

Não guardo ressentimentos. Digo mais uma vez: tenho pena. Perdôo sinceramente. Sei que não fazem por mal. Sei que não sabem o que fazem. Ao partir para o estrangeiro, só levo da minha

Pátria uma tristeza — a de deixá-la em condições tão tristes, quando anseio por vê-la feliz, e sacrifício não houve que não tivesse empregado para elevá-la no mundo. Voltarei, logo que possa, ou logo que as circunstâncias mo permitam.guardo apenas que o povo se possa manifestar. Sei que será para breve. Prezo-me de conhecer o meu país. Não temos clima para as tiranias. Aqui elas não florescem. Nem é mister combatê-las. Vão deperecendo por si próprias. Sucumbem de inanição. Juro, em qualquer circunstância, amor, devoção, fidelidade, ao Brasil.

Se alguma felicidade auguro a V. Ex.^a é a maior que lhe posso desejar: a de servir de anteparo, com as luzes da sua cultura e os conselhos da sua experiência, à onda que por enquanto ainda se espraia, pintada e repintada de vermelho, gozando da ressaca."

COMO DEIXEI, A CAMINHO DO ESTRANGEIRO, A CAPITAL DA REPÚBLICA

Marcada para o dia 25 a minha partida, no navio *Conte-Verde*, facultou-me a Polícia escolher onde e como quisesse embarcar. Tinham-se efetuado outros embarques, da mesma natureza, longe do cais, na baía, conduzidos os viajantes fora das vistas do público, em lanchas do governo. Respon-di que, se me era concedida a liberdade de escolha, embarcaria, sem formalidades, no ponto normal dos embarques.

Assim se realizou. Um representante da Polícia foi-me buscar no quartel e acompanhou-me ao cais. Não se havia anunciado a hora da partida. Pode-se, por outro lado, calcular qual não seria o ambiente que se respirava no momento, sobretudo em torno daqueles que recebiam declaradamente, da nova situação, que apenas acabava de instalar-se, com os seus poderes discricionários — "não para perdoar, para punir", dizia um dos seus oráculos — a marca dos proscritos. Registraram, entretanto, os jornais, todos insuspeitos ao governo, expandindo-se mesmo alguns, com a mais extrema das benevolências, em artigos de sua redação, as demonstrações de simpatia que então me foram prestadas. Não as recordo ainda hoje sem que, dentro em mim, se reavive, com a emoção

que tive ao recebê-las, a fé, apesar de tudo inabalada, com que acredito na bondade humana.

Vê, pois, o povo baiano, vê, portanto, a Nação brasileira, que, se preso não fui por motivo que me desabonasse, me mantive dignamente na prisão, e, ao partir para o estrangeiro, não me faltaram provas inequívocas de que os poderes discricionários, por muito que pudessem, naquelas primeiras horas de confusão e delírio, não puderam contudo, reduzir-me no meu direito a generosidade dos meus concidadãos.